

em defesa da pesquisa

Os Objetivos Reais e Declarados de um Movimento Social: a UNE no Governo Lula (2003-2010)

Los objetivos reales y declarados de un movimiento social: la UNE en el gobierno Lula (2003-2010)

The Actual and Stated Objectives of a Social Movement: UNE in the Lula Government (2003-2010)

Gabriel Teles¹

¹ Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: teles.gabriel@gmail.com]. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3315-1481>.

Submetido em 25/01/2023

Aceito em 16/08/2023

Pré-Publicação em 22/09/2023

Como citar este trabalho

TELES, Gabriel. Os Objetivos Reais e Declarados de um Movimento Social: a UNE no Governo Lula (2003-2010). *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, Pré-publicação, p. 1-26, 2023.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | Pré-Publicação | 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Os Objetivos Reais e Declarados de um Movimento Social: A UNE no Governo Lula (2003-2010)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os objetivos reais e declarados da União Nacional dos Estudantes durante os mandatos do governo Lula (2003-2010) do Partido dos Trabalhadores. Utilizando documentos e materiais informativos, como discursos, revistas e jornais, busca-se investigar se há coerência e conformidade entre as metas que a organização se propõe a alcançar e os objetivos efetivamente perseguidos. Através dessa análise, constatou-se que os verdadeiros objetivos da UNE, refletidos em suas várias mobilizações e reivindicações, consistiram na manutenção das políticas neoliberais não apenas no âmbito educacional (especialmente o ProUni e o REUNI), mas em toda a sociedade brasileira, implementadas pelo governo Lula. A estratégia mais comumente empregada pela UNE para ocultar seus verdadeiros interesses foi a dissimulação-simulação, apresentando-os como interesses gerais dos estudantes.

Palavras-chave

Movimento estudantil. Governos Lula. UNE. Movimentos sociais.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los objetivos reales y declarados del Sindicato Nacional de Estudiantes durante los mandatos del gobierno Lula (2003-2010) del Partido de los Trabajadores. A través de documentos y materiales informativos, como discursos, revistas y periódicos, buscamos investigar si existe coherencia y conformidad entre las metas que la organización se propone alcanzar y los objetivos efectivamente perseguidos. A través de este análisis, se constató que los verdaderos objetivos de la UNE, reflejados en sus diversas movilizaciones y reclamos, consistían en mantener las políticas neoliberales no solo en el ámbito educativo (especialmente ProUni y REUNI), sino en toda la sociedad brasileña, implementadas por el gobierno de Lula. La estrategia más utilizada por la UNE para ocultar sus verdaderos intereses fue el disimulo-simulacro, presentándolos como intereses generales de los estudiantes.

Palabras-clave

Movimiento estudiantil. Gobiernos de Lula. UNE. Movimientos sociales.

Abstract

This article aims to analyze the actual and the stated objectives of the National Students Union during the mandates of the Workers' Party's Lula Government (2003-2010). Through an analysis of several data (such as speeches, magazines, newspapers etc.), it aims to determine whether there is agreement and conformity between the organization's mobilization proposals and its actual objectives. Considering these elements, we concluded that the true objectives of this entity, reflected in its various mobilizations and demands, involved the maintenance of neoliberal policies not only in education (mainly ProUni and REUNI), but throughout Brazilian society under the Lula government. UNE primarily utilized the strategy of concealing and simulating their own interests in order to present them as the interests of all students.

Keywords

Student movement. Lula governments. UNE. Social movements.

Introdução

A sociedade capitalista constitui-se enquanto uma sociedade eivada em conflitos e lutas diversas. Apesar da luta fundamental no interior do capitalismo ser, na perspectiva marxista, a luta de classes (que dá sustentação à sua dinâmica histórica), outros conflitos, irradiados direta ou indiretamente desta luta, são postos e marcam a paisagem contraditória no interior dos processos sociais. Por esse ângulo, os movimentos sociais, constituídos por grupos sociais (Jensen, 2014), que começam a possuir significativa importância histórica em meados de segunda metade do século XX, se apresentam como movimentos que possuem suficiente importância para compreender o complexo quadro histórico das lutas no interior do capitalismo.

Os movimentos sociais são mobilizações de grupos sociais que buscam sanar determinadas insatisfações sociais que lhes atingem (Viana, 2016). É por isso que podemos falar em movimentos sociais específicos, como o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento feminino etc. Cada grupo social, com sua situação específica, busca, a partir de um conjunto de elementos (senso de pertencimento, consciência, objetivos etc.), solucionar suas insatisfações sociais (que são diversas, justas ou não, conservadoras ou não), constituindo um movimento social específico (Teles, 2020). Seguindo essa lógica, os estudantes, enquanto um grupo social gerado a partir de sua situação social (ou seja, a condição estudantil), também podem desenvolver um movimento social. Assim emerge o movimento estudantil (Anjos; Teles, 2019).

A ação política dos estudantes, ao longo da história moderna, se expressa enquanto um movimento social consolidado em diversas partes do mundo onde se assenta uma instituição ou espaço escolar. Entre os movimentos sociais, o movimento estudantil é visto como aquele que possui uma maior presença na participação da sociedade civil, bem como nas ações políticas postas na sociedade (Sánchez, 2000; Bringel 2009; Ianni, 1968).

Devido a essa importância, inevitavelmente, este movimento é objeto de análises e estudos, buscando refletir sobre o seu caráter político, sua constituição histórica, tendências, objetivos etc. A sociologia, portanto, igualmente busca analisá-lo a partir de seus diversos pilares teórico-metodológicos. Nesse sentido, a pesquisa que propomos se vincula aos estudos acerca do movimento estudantil.

Por esse ângulo, o presente artigo refere-se a uma determinada entidade no interior do movimento estudantil brasileiro, a qual, em nível conceitual, preferimos chamar de organização mobilizadora; pois ela não constitui a totalidade do movimento estudantil, mas sim uma ramificação. Trata-se da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para tornar a nossa pesquisa exequível, delimitamos um determinado aspecto desta organização mobilizadora do movimento estudantil: seus objetivos. Todo movimento social surge e se mobiliza para alcançar determinados objetivos, que podem ser diversos. Além disso, os movimentos sociais podem declarar a aspiração a determinados objetivos, discursivamente, mas os seus interesses reais podem ser outros. Alguns autores, entre os estudiosos do problema das organizações (Etzioni, 1967; Marinho, 1990; Megginson, 1986; Hasenfel, 1983; Litterer, 1977; Perrow, 1972), chamam atenção para a questão do duplo objetivo (Etzioni, 1967), observando a existência de objetivos reais e declarados no interior das mais diversas organizações da sociedade capitalista.

Na dinâmica dos movimentos sociais, as organizações mobilizadoras, devido ao seu tamanho e à sua maior “racionalidade”, são as ramificações que mais são atingidas por essa possibilidade de existência de uma incongruência entre os objetivos que declaram almejar e os objetivos realmente mobilizadores. Por esse ângulo, tendo em vista que a União Nacional dos Estudantes é considerada a maior e mais estruturada organização mobilizadora do movimento estudantil brasileiro, esta questão torna-se uma rica oportunidade a análise.

Outra delimitação a ser colocada é a temporal. A UNE possui mais de 80 anos de existência. Assim, um trabalho como este não teria fôlego o suficiente para estudar de forma satisfatória todo esse marco temporal. É por isso que a análise que pretendemos desenvolver acerca desta organização mobilizadora e seus objetivos se restringe aos anos de 2003 a 2010. A escolha destes anos se refere a uma mudança importante no interior da União Nacional dos Estudantes. Trata-se do período dos dois primeiros mandatos do governo do Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Ao longo das tentativas anteriores de eleições de Lula, a UNE, devido à composição de suas diretorias durante os anos pós-redemocratização do país, quase sempre esteve em estreita relação com o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo uma das entidades que lhe deram suporte e apoio nas mais diversas ações políticas no interior do bloco progressista da época. Com a vitória deste partido nas eleições de 2002, e o seu ingresso no bloco dominante enquanto burocracia estatal governamental, a UNE começa a apresentar uma nova relação com a dinâmica institucional. Trata-se de um novo momento desta organização mobilizadora do movimento estudantil que precisa ser analisado de forma mais aprofundada.

Com estes elementos, já podemos evidenciar a proposta de problema que norteou a nossa pesquisa: existe coerência entre os objetivos declarados da UNE e seus objetivos reais? Nosso objetivo, portanto, é buscar analisar a existência de uma dicotomia entre os objetivos reais e declarados da União Nacional dos Estudantes nos mandatos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2010). Nesse sentido, buscou-se, a partir de uma análise dos

documentos e demais materiais informativos da UNE (discursos, revistas, jornais, etc.), observar se há uma concordância e conformidade entre aquilo que esta organização se propõe a mobilizar (que declaram tanto para os estudantes em específico quanto à sociedade no geral) com os seus objetivos efetivos, reais. Esta foi a questão fundamental que trouxe norte a nossa pesquisa.

A justificativa da presente pesquisa se encontra em sua importância, tanto histórica quanto analítica. Apesar da relativa influência do movimento estudantil na realidade brasileira, ainda há poucos estudos sistemáticos e acadêmicos sobre o tema, especialmente sobre a história e as mobilizações estudantis contemporâneas. A bibliografia brasileira mais conhecida e mais utilizada sobre o movimento estudantil e também sobre a UNE (Poerner, 2004; Mendes Jr., 1981; Martins Filho, 1987; Foracchi, 1965; Albuquerque, 1977; Sanfelice, 1986) nos ajuda a compreender boa parte do desenvolvimento histórico do movimento estudantil brasileiro e da entidade UNE. Esta bibliografia, ponto de partida para qualquer estudo sobre movimento estudantil, focaliza dois elementos nas investigações sobre o assunto que são hegemônicos: 1) a história do movimento estudantil e da consolidação da UNE; 2) a atuação do movimento estudantil (e, mais em específico, a atuação da UNE) frente à Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

Deste modo, a nossa justificativa ancora-se em uma grande lacuna de pesquisas sobre o movimento estudantil contemporâneo brasileiro, especialmente no que diz respeito à UNE. Excetuando alguns trabalhos acadêmicos em outras áreas do saber (Paiva, 2011; Paula, 2009) que possa elucidar alguns elementos sobre o fenômeno, há escassa bibliografia (geralmente construída pelas próprias entidades ou grupos políticos estudantis) que tenha se debruçado sobre a atuação política dos movimentos estudantis nos governos de Lula.

A importância deste estudo também está alicerçada na influência que a União Nacional dos Estudantes possui sobre a política de educação brasileira, já que é reconhecida pelo próprio Estado, via Ministério da Educação, como a entidade máxima que representa os estudantes brasileiros, englobando cerca de 7,3 milhões de universitários (Inep, 2014). Deste modo, compreender a relação que esta entidade mantém com o Estado brasileiro, em especial com o governo do Partido dos Trabalhadores, é perceber como opera a dinâmica dos movimentos sociais em geral e do movimento estudantil em específico, contribuindo com o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa importante, tanto do ponto de vista acadêmico quanto político.

Se é certo a existência de algumas discussões acerca dos objetivos nos movimentos sociais (Bottomore, 1981; Touraine, 1997; Melucci, 1989), o mesmo não acontece com o movimento estudantil em específico. Assim, o presente texto busca trazer os procedimentos de pesquisas e resultados de nossa dissertação (Teles, 2019)

acerca dos objetivos reais e declarados da União Nacional dos Estudantes ao longo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores.

1 Recursos técnico-metodológicos para a análise dos objetivos da UNE

A análise dos objetivos é parte imprescindível para aqueles que buscam analisar as mobilizações dos movimentos sociais. A UNE, enquanto organização mobilizadora do movimento estudantil, não escapa desse processo: sem objetivos, não existiria a entidade. O que faremos aqui é focalizar a questão da localização dos objetivos reais e declarados desta entidade a partir de determinadas contribuições no interior da sociologia das organizações, especialmente a discussão de Amitai Etzioni (1967), e dos desdobramentos teóricos da concepção marxista dos movimentos sociais apontados por Nildo Viana (2016a).

Os estudos de Amitai Etzioni (1967) nos fornecem algumas ferramentas de análise e comparação que podem auxiliar nessa questão. Apesar deste autor tratar de organização de modo geral¹ – ou seja, sem se restringir às organizações mobilizadoras oriundas dos movimentos sociais – suas formulações, por serem amplas, ainda nos servem como uma rica forma de análise dos objetivos.

Para o autor, os objetivos podem ser uma boa ferramenta de análise para acessar os interesses de determinadas organizações acerca de suas metas. No entanto, é fundamental considerar a existência de especificidades no interior das organizações mobilizadoras dos movimentos sociais, inexistentes em outros tipos de organizações (geralmente burocráticas), tais como uma empresa, igreja, partidos políticos etc. Nesse sentido, para acessar os objetivos reais de uma determinada organização, Etzioni coloca a questão da utilização dos recursos feitos por ela:

O pesquisador definirá como objetivos reais da organização as situações futuras para as quais se dirige a maioria dos recursos da organização e os principais compromissos dos participantes e que têm nítida prioridade em casos de conflito com objetivos estabelecidos, mas que controlam poucos recursos. [...] Um exame da distribuição de recursos e da direção dos esforços é frequentemente um método de pesquisa complementar e necessário para a obtenção de resultados satisfatórios (Etzioni, 1967, p. 16).

¹ Sua definição de organização é a seguinte: “as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídos e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos. Incluem-se as corporações, os exércitos, as escolas, os hospitais, as igrejas e as prisões; excluem-se as tribos, as classes, os grupos étnicos, os grupos de amigos e as famílias” (Etzioni, 1967, p. 9-10).

Desse modo, o autor indica a análise de gastos e dispêndio de recursos e energia da organização – tanto financeiros, quanto "recursos humanos" – como uma importante questão para a análise dos objetivos reais e declarados. Como é gasto os recursos de uma determinada organização? Gasta-se mais com próprias despesas para a reprodução da organização (estrutura, salários, eventos etc.) do que com a mobilização em si? Este é um elemento importante e que será observado em nossa análise.

Outro elemento importante para este autor é a questão de quem orienta os objetivos: "Em algumas organizações, os objetivos são formalmente estabelecidos por voto dos acionistas; em outras, pelo voto dos membros" (Etzioni, 1967, p 17). No caso da UNE, a orientação de seus objetivos está colocada tanto em seu estatuto, que dá as diretrizes essenciais e básicas para suas mobilizações, mas também em suas assembleias, em que uma diretoria instituída guia as mobilizações desta entidade. Tal diretoria pode, apenas discursivamente, colocar que está obedecendo o estatuto e os objetivos ali elencados, criando uma dicotomia entre o que se declara e o que é real.

Viana (2016), complementando esse quadro de análise de Etzioni, coloca que há mais duas formas de identificar uma possível dicotomia entre os objetivos reais e declarados. O primeiro deles é analisar o desenvolvimento histórico de um determinado movimento social e suas ramificações. No caso específico das ramificações, especialmente as organizações mobilizadoras, perceber o desenvolvimento histórico geral e a hegemonia no interior do movimento social é fundamental. Isso pode gerar o que Etzioni chamou de "substituição de objetivos", quando ocorre uma inversão dos meios e fins de uma determinada organização.

Há, também, uma outra forma de substituição de objetivos além da auto-sustentação de uma organização. É quando um objetivo, núcleo da razão-de-existência do movimento social, é substituído por objetivos totalmente distintos, tal como a vitória eleitoral de um determinado partido, ocorrendo a substituição de objetivos a partir do aparelhamento partidário.

O segundo complemento é a identificação dos objetivos a partir de suas reivindicações.

Os objetivos declarados em manifestos, documentos, etc, não são nada e estão em oposição aos objetivos reais se não tiverem presentes nas reivindicações dos movimentos (o que vale para suas ramificações). A este respeito é possível analisar a existência de reivindicações que são específicas e reivindicações gerais, expressando os interesses específicos e gerais (Viana, 2016c, p. 80).

Este conjunto de procedimentos nos auxiliou a extrair do material informativo a resposta para o problema de pesquisa proposto. A seguir, tratemos dos objetivos declarados da UNE.

2 Os objetivos declarados

Os objetivos declarados são aqueles em que uma determinada organização anuncia ao seu público alvo em específico e a sociedade no geral. Devido ao espaço, optamos por trazer, sinteticamente, os principais objetivos declarados da UNE. O material informativo foi extraído de diversos documentos da entidade e do movimento estudantil no geral: a revista *Movimento*, jornais produzidos pela entidade, Resoluções do CONUNE, resoluções de reunião de diretoria, notas, abaixo-assinados, propostas, atas, etc.

Se avaliarmos o conjunto de ações, mobilizações e objetivos colocados pela UNE durante o Governo Lula, podemos sintetizar algumas diretrizes básicas de *reivindicações e ações*. De forma sumário, citemos as principais a seguir:

- *Luta pela aprovação da reforma universitária*

A UNE disputou, desde o primeiro até o último ano do governo, a aprovação da reforma universitária proposta pelo MEC. Foram diversas as sugestões, modificações e propostas de alteração da reforma original. Em nenhum momento foram colocadas “em xeque” as medidas propostas pelo governo e aquelas que já estavam sendo implementadas (tais como o ProUni, PNE, SINAES, etc.). Analisemos o caso do REUNI.

Com a implementação do REUNI e suas primeiras consequências na reorganização das IFES, a UNE lança o documento *Resolução da reunião de diretoria da UNE*, em que afirma que o REUNI significa uma importante medida governamental que irá beneficiar os estudantes. Assim, o programa “[...] representa um importante avanço no compromisso do Estado com a universidade pública ao condicionar o processo de expansão de vagas à melhoria da infraestrutura da IFES, com acréscimo de até 20% de verbas de custeio” (UNE, 2007b, p. 01). No entanto, como bem coloca Franco (2008, p. 11), a UNE omite um conjunto de fatos e consequências para a Universidade que já colocamos no tópico acerca das políticas educacionais do governo Lula:

A UNE não discute o fato do governo prever, como condição para um aumento insuficiente nas verbas das federais, a redução do custo por aluno, sendo conivente com um critério que exige que a expansão de vagas “economize” em condições de permanência oferecidas aos alunos, e estimulando um ensino também cada vez mais “enxuto” e dependente

da contenção de despesas. [...] A entidade não encara as “condições” do governo como metas que estimulam a precarização do ensino nas universidades federais, nem revela aos estudantes que o suposto aumento no orçamento das federais não é suficiente para restabelecer as condições de ensino nas instituições.

Em paralelo à disputa e defesa do REUNI pela UNE, outras entidades estudantis, bem como estudantes independentes, iniciam um movimento de oposição e enfrentamento às medidas colocadas pelo programa. De 2007 a 2008, ao menos 30 universidades públicas (tanto federais quanto estaduais) foram ocupadas pelos estudantes ou sofreram intensos protestos e paralisações. Segundo Paiva (2013) diversas reitorias foram ocupadas, sendo que em sua maioria em oposição à posição da UNE, que defendia as propostas do governo Lula. O caso da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) é emblemático: estudantes de outras entidades estudantis entraram em conflito com o próprio DCE (ligado ao grupo majoritário da UNE), que defendia o REUNI (Bringel, 2008).

Em meio às ocupações contra o REUNI, a UNE realiza o seu 50º CONUNE em Brasília, Distrito Federal. Coube a Petrobrás contribuir com parte do financiamento do congresso no valor de 100 mil reais. Além disso, em 2007, a UNE completaria 70 anos de existência, o que provocou um conjunto de comemorações, antes, durante e depois dessa edição do CONUNE. Assim, no Senado Federal ocorreu uma sessão solene em honra ao aniversário da UNE, com participação de ministros, deputados, senadores, intelectuais e ex-presidentes da entidade (UNE, 2007d). Paiva (2013), ao analisar os documentos do congresso, coloca que mesmo com as manifestações e ocupações de reitoria em diversas universidades do Brasil, a UNE não organizou nenhum debate sobre o REUNI, apenas sobre o PDE. E continua:

Esse foi mais um congresso que contou com poucos espaços para opiniões divergentes. Este modelo de congresso permite poucos espaços de construção. As poucas opiniões divergentes nos painéis e os debates simultâneos fazem com que alguns debates se tornem secundarizados, prejudicando o debate e não permitindo a formação política dos estudantes (Paiva, 2013, p. 121).

Entre as principais resoluções aprovadas no CONUNE, extraídas das mais diversas teses defendidas pelas entidades que compõem a UNE, se encontravam:

Defesa da autonomia universitária; Não à privatização das universidades e sim ao caráter público do ensino superior; Fim de todo e qualquer curso pago em instituições de ensino superior públicas; contra as terceirizações e a cobrança de taxas e mensalidades no ensino superior público; Gestão democrática de fato na Universidade Pública, com eleições diretas para reitor e nos órgãos colegiados nas universidades e fim das fundações privadas. Pela expansão das vagas na universidade pública. É necessário lutar pela garantia de financiamento público, contratação de pessoal de carreira nas mais variadas áreas de trabalho e alocação de recursos para

infraestrutura como bibliotecas, laboratórios, RU's, etc. *Que a UNE amplie o debate sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a Universidade Nova, a Reforma do Ensino Superior, avaliação institucional e temas congêneres* (UNE, 2007e, p. 02, grifos nosso).

No entanto, antes mesmo da necessidade de ampliação do debate anunciada pela resolução, a UNE já vinha defendendo os projetos publicamente em suas revistas, jornais e mobilizações. Tal defesa, condensado no apoio ao governo, aparece também na resolução:

A reeleição de Lula, para além de impedir o retrocesso, foi uma vitória importante. A polarização de projetos, em particular no segundo turno, fez com que a candidatura de Lula assumisse compromissos mais abertamente desenvolvimentistas, como a ampliação das políticas sociais, a necessidade de crescimento acelerado, a geração de empregos, a distribuição de renda e o protagonismo do estado como indutor de desenvolvimento [...] Há um grande avanço quando o governo lança o Programa de Aceleração do Crescimento, visando um investimento de mais de R\$ 287 bilhões em infraestrutura e nas áreas sociais, contribuindo para a geração de empregos (UNE, 2007f, p. 01).

- *Mobilização para a retomada do terreno e a reconstrução do prédio da antiga sede no Rio de Janeiro*

A UNE, desde a redemocratização, luta pela posse do terreno de sua antiga sede. A mobilização teve êxito apenas durante o governo Lula. Não só a posse, mas também uma indenização milionária para a reconstrução do antigo prédio. Assim, a retomada de sua sede principal, na praia do Flamengo no Rio de Janeiro, só ocorre no segundo mandato do governo Lula.

Na matéria presente na edição número 17 da Revista Movimento, intitulada “*UNE de volta para casa*”, é abordada a mobilização em torno da construção da nova sede da entidade. Após ocuparem o terreno, que antes era usado como estacionamento clandestino, a entidade declarou que “[...] o próximo passo é ir à luta para viabilizar a construção da nova sede. Em breve, mais esse capítulo da história do movimento estudantil será escrito pela determinação e ousadia dos estudantes de todo o País” (Movimento, 2007b, p. 33).

Lula faz uma visita ao terreno da antiga sede da UNE na Praia do Flamengo em agosto de 2008. Nessa atividade, o então presidente assinou projeto de lei que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro na destruição da sede da UNE e da UBES, metralhada e incendiada no 1º de abril de 1964, pelo governo militar, e demolida em 1980. Tal projeto previu a elaboração de uma comissão para definir uma indenização de até 36 milhões de reais pela destruição da sede. O discurso do presidente Lula não deixa dúvidas quanto a colaboração da UNE em seus governos:

Eu queria aproveitar este momento para, de público, agradecer a algumas pessoas por esses seis anos de convivência com o governo federal. Eu queria começar agradecendo, ou reconhecendo, o trabalho que a União Nacional dos Estudantes fez no primeiro mandato do meu governo, quando o companheiro Petta presidia a Direção da UNE. [...] O Petta, como presidente da UNE, ajudou no debate extraordinário para que nós pudessemos mandar ao Congresso Nacional o projeto de lei de reforma universitária. O Petta contribuiu de forma extraordinária para que nós pudessemos aprovar o ProUni. Eu não consigo entender a cabeça de meia dúzia de pessoas que, se dizendo de esquerda, eram contra o ProUni. [...] Quero agradecer também aos companheiros da UNE, e aí já à companheira Lúcia, quando nós quando nós resolvemos criar o Reuni. Eu sei que a UNE perdeu alguns DCEs porque tem gente que prefere o discurso fácil. O cidadão que não sabe como a mãe sofreu para fazer a comida, não sabe quantas vezes ela se queimou, não sabe o trabalho que ela teve ao se sujar de óleo à beira de um fogão, se senta à mesa e fala: “não gostei”. Quase todas as reitorias foram invadidas, a pretexto de quê? De que nós iríamos colocar muitos alunos por professor. Nós queríamos aumentar a média de 12 para 18 alunos por professor, e alguém dizia: “é demais, vai baixar o nível. O ideal é que tivesse apenas um aluno por cada professor”. É gente assim que atrapalha o desenvolvimento deste país, que aposta no insucesso deste país que já jogou muitas oportunidades fora (Brasil, 2008, p. 1-3).

No dia 29 de outubro de 2010 é aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3931/08, criado por Lula, que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição da sede da UNE e UBES em 1964.

- *Participação dos debates amplos sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade brasileira*

A UNE participou ativamente do debate acerca dos rumos do desenvolvimento nacional, opinando sobre os mais diversos temas e questões, tais como os *royalties* do petróleo extraído do Pré-Sal, os rumos sobre a economia brasileira, soberania, cultura, etc. Como exemplo, podemos colocar que a entidade exigia a destinação de 50% dos recursos do pré-sal para a educação (Movimento, 2009c), bem como o anúncio do editorial da revista *Movimento* (2009a, p. 04) de n. 23: “É com este compromisso que a UNE ingressará em 2010: lutar pelo fortalecimento de um projeto nacional de desenvolvimento que conduza o Brasil a dias de muito mais progresso!”

- *Caravanas e mobilizações de questões que giram em torno da condição e insatisfação estudantil*

A UNE mobilizou diversas caravanas sobre questões de interesses do grupo juvenil e estudantil. Entre as principais, se encontra a *Caravana da Saúde, Educação*

e *Cultura* e a *Caravana da Anistia*, trazendo informações e debates sobre estes temas que diretamente ou indiretamente travava de questões que diziam respeito aos estudantes.

- *Dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo*

A UNE, ao longo destes oito anos, se uniu com diversas organizações mobilizadoras dos movimentos sociais, articulando-se a diversas mobilizações e propostas para a sociedade brasileira. Tanto no interior do próprio movimento estudantil, em parcerias com a União Brasileira de Secundaristas (UBES) e com a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); quanto na criação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) em parceira com ramificações de outros movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

- *Financiamento*

A UNE sempre se colocou como independente financeiramente. Com o aumento do número de estudantes no ensino superior, houve um aumento exponencial em suas receitas devido à emissão de carteiras de identificação estudantil. Assim, a entidade, anualmente, acumula uma receita milionária apenas com essas emissões. No entanto, esta não foi a única forma de arrecadação de fundos para a entidade. Ao longo do governo Lula, o Estado injetou milhões de reais em parcerias, convênios e propagandas diversas. O repasse passou para a casa das dezenas de milhões, contando com a indenização feita pelo Estado acerca da destruição da sede da entidade no início da ditadura militar².

Estas são, enfim, as principais mobilizações da UNE e seus respectivos objetivos declarados. Trata-se agora, de analisar estas reivindicações à luz dos objetivos reais da entidade.

3 Os objetivos reais

No tópico anterior, apresentamos os principais objetivos declarados da UNE por meio de suas reivindicações, mobilizações, financiamento e apoio ao longo do

² Para os presidentes da UNE não há nada de errado com os repasses de verbas pelo Estado. Lúcia Stumpf coloca que “[...] o aumento expressivo dos repasses no Governo Lula não demonstra privilégios, e sim uma mudança de postura do governo” (Último Segundo, 2009). Já Augusto Chagas, último presidente da UNE no Governo Lula, acredita que “[...] é mais do que legítimo que o governo financie o movimento estudantil” (Folha Online, 2009). Em síntese, para a entidade, os fundos financeiros da entidade servem tão-somente na contribuição as mobilizações dos estudantes e no interesse desse grupo social.

governo Lula. Trata-se agora de analisar seus objetivos reais, observando se há ou não uma dicotomia com os objetivos declarados pela entidade. Para tanto, utilizamos os apontamentos metodológicos colocados em tópicos anteriores, focalizando: 1) o desenvolvimento histórico da entidade; 2) a análise do estatuto; 3) a composição da diretoria; 4) as reivindicações; 5) o financiamento; 6) e, por fim, realizaremos uma síntese da discussão.

- *Desenvolvimento histórico: a especificidade no governo Lula*

A UNE passou por diversas transformações ao longo do seu desenvolvimento, acarretando alterações em sua dinâmica interna, bem como modificando a sua relação com o Estado de acordo com os partidos e forças políticas que ocupavam o poder estatal. No entanto, apesar dessas transformações, a UNE resguardou elementos em comum a todas essas décadas de existência, tais como a predominância dos partidos políticos na disputa de sua diretoria (Araujo, 2007), a relação direta com o Estado e a importância, para além dos objetivos específicos da condição estudantil, dos objetivos gerais que sempre esteve entre suas reivindicações.

Além disso, no contexto do governo Lula, houve outra especificidade fundamental: é a primeira vez que a composição política da diretoria da UNE foi a mesma da composição vitoriosa na disputa pelo poder governamental (em nível federal). Esta entidade é hegemônica pela União da Juventude Socialista (UJS), um braço político do PCdoB entre os estudantes. A UJS, desde 1989, é hegemônica no interior da UNE, sempre elegendo o seu presidente e as suas principais diretorias. Assim, o aparelhamento da entidade, desde o final da década de 1980 é feita pela UJS e seus aliados (geralmente tendências próximas do PT). Dessa forma, podemos falar da predominância do PCdoB no seio da cúpula dirigente da UNE. Aprofundaremos melhor essa questão na parte da análise das diretorias.

Se no passado da UNE existiam governos próximos ou simpáticos às reivindicações da entidade, possuindo uma maior afinidade e canais de diálogo, no governo Lula esta relação passa a ser de colaboração direta e perda de independência (Paula, 2009). Isso porque a quase totalidade das medidas colocadas pelo governo são acatadas pela UNE, servindo como uma verdadeira correia de transmissão dos interesses do bloco dominante. Assim, podemos falar em substituição de objetivos. Se antes a UNE mantinha uma relativa relação com a sua base estudantil, pressionando o Estado para a implementação de reformas universitárias de lastro progressistas, o que acaba ocorrendo no período de 2003 a 2010 é a defesa da manutenção do poder estatal por parte das forças políticas que não só fazem parte da diretoria da UNE, mas que também estão no poder estatal (especialmente PCdoB e PT). Essa manutenção do poder se deu na tentativa de legitimar as medidas implementadas pelo governo entre o grupo estudantil,

colocando-as como verdadeiros avanços democratizantes do ensino superior brasileiro, além do gasto de energias e mobilizações que garantissem a vitória eleitoral, tanto nas reeleições para presidente, quanto nos níveis estaduais, municipais, legislativos etc.

- *A Composição da Diretoria*

Como situamos, a União da Juventude Socialista, de 1989 até hoje³, possui hegemonia no interior da UNE e elege seus presidentes e a maioria dos cargos que compõe a diretoria executiva. A UJS foi criada em 1985, oriunda da corrente estudantil *Viração*, ligado ao Partido Comunista do Brasil. Desde então, a conquista da hegemonia no interior do movimento estudantil se deu devido seu centralismo democrático, construindo quadros especializados e profissionais que atuarão na dinâmica da UNE e de suas representações estaduais e municipais. Isso é evidenciado nas próprias resoluções do partido (PCdoB, 2006)⁴.

A força da UJS no movimento estudantil, especialmente em ramificações que cumprem o papel de mediação burocrática (movimento estudantil oficial) entre os estudantes e o Estado, se constituiu devido à sua origem e relação partidária direta com o PCdoB. Assim, a força do PCdoB/UJS está ancorada ao seu caráter de organização burocrática, reunindo um conjunto de indivíduos que promovem um trabalho coletivo compartilhando os mesmos interesses, reproduzindo a dinâmica partidária no interior do movimento estudantil oficial.

Desde a reorganização da UNE na década de 1980, o PCdoB vem constituindo uma sólida influência no interior do movimento estudantil. Inclusive seus principais quadros dirigentes que assumiram cargos no poder estatal são de origem da militância no seio do movimento estudantil. Diferentemente de outros partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB opera a partir do centralismo democrático, garantindo maior coesão e articulação entre seus objetivos dirigidos pelo Comitê Central. O PT, por exemplo, por possuir diversas tendências, não consegue a mesma coesão que o PCdoB no movimento estudantil.

³ Atualmente, 2023, a presidente da UNE é Bruna Brelaz, também da UJS/PCdoB.

⁴ “É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção. Estes precisam se dedicar, especializar-se e conhecer profundamente o trabalho da UJS; saber das condições de atuação e da psicologia da juventude; orientar política e ideologicamente e ter autoridade para unificar os jovens comunistas em sua atuação na UJS. Não devem ser dirigentes da UJS para poderem se dedicar mais ao trabalho executivo e cotidiano de direção partidária, principalmente ao acompanhamento da frente juvenil. Os dirigentes do partido precisam desenvolver métodos e estilos apropriados para tratar com os jovens. Ter maior abertura, relação cordial, paciência, diálogos sobre os problemas próprios da geração, sensibilidade para problemas familiares, financeiros, profissionais e morais” (PCdoB, 2006, p. 303).

Com a vitória de Lula nas eleições de 2002, o PCdoB, que desde o início da década de 1990 participa das coligações petistas, ingressa no poder e finca sua influência ao longo do governo Lula até o seu final, em 2010. Muitos dos antigos presidentes e diretores da UNE, ligados a UJS/PCdoB da década de 1990, são convidados a ingressarem nos altos escalões do governo Lula ou seguem carreira política por partidos que dão sustentação ao governo federal. Dessa forma, os presidentes da UNE durante o governo Lula, bem como seus principais diretores ligados ao PCdoB, devido aos seus interesses partidários, contribuem com o aparelhamento da UNE ao governo federal. Além disso, após suas gestões enquanto presidentes da entidade, estes logo ingressam nas disputas partidárias por cargos.

Rapidamente, tratemos os cargos assumidos pelos ex-presidentes da entidade⁵.

Os vínculos dos ex-presidentes da UNE com o seu partido de origem, PCdoB, demonstram como o principal cargo da diretoria estava aparelhado aos interesses partidários. Assim, se voltarmos às indicações metodológicas de Etzioni acerca das organizações, a questão de quem orienta seus objetivos torna-se um importante sintoma da substituição de objetivos. A orientação da UNE se deu a partir de sua diretoria, que estava aparelhada ao PCdoB, e estes, por sua vez, estava ligado ao governo federal. Este é um dos motivos pelos quais há a defesa da maioria das políticas estatais promovidas pelo governo Lula.

Nesse sentido, podemos falar em cooptação tanto direta quanto indireta da UNE pelo governo federal via partido político. A cooptação direta, no governo Lula, se deu com a integração dos ex-dirigentes da UNE no aparato estatal (especialmente após a sua militância no interior do movimento estudantil), que assumiram a direção de ministérios, secretarias, conselhos etc.; já a cooptação indireta se deu com os presidentes e diretores que atuaram na entidade durante o governo Lula, que passaram a defendê-lo graças à sua composição e ao financiamento promovido pelo governo.

⁵ O foco aqui, devido ao espaço, serão os ex-presidentes da UNE. No entanto, outros membros da diretoria executiva da entidade tiveram carreiras políticas consolidadas no seio da burocracia partidária e estatal.

Tabela 1 – Relação entre ex-presidentes da UNE e cargos assumidos ao longo do governo Lula

Presidente DA UNE	Período do Mandato	Cargos assumidos ao longo do Governo Lula (2003-2011)
Cláudio Langone	1989/1991	Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente (2003); Coordenador da Câmara Temática Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade para a Copa do Mundo de 2014, vinculado com ao Ministério dos Esportes (2009)
Patrícia De Angelis	1991/1992	Conselho de Ensino Superior do MEC (2009); Professora Universitária
Lindberg Farias	1992/1993	Deputado Estadual pelo PT - Membro titular da Comissão Especial da Reforma da Previdência e Vice-líder do PT na Câmara (2003); Prefeito de Nova Iguaçu (2005 e 2009); Senador pelo estado do RJ (2010)
Fernando Gusmão	1993/1995	Vereador do Rio de Janeiro (2004); Deputado Estadual do Rio de Janeiro (2007). Ambos pelo PCdoB
Orlando Silva Júnior	1995/1997	Secretário Nacional do Esporte (2003); Ministro do Esporte (2006)
Ricardo Capelli	1997/1999	Diretor do departamento de Esportes Universitários do Ministério do Esporte (2003); Secretário de Desenvolvimento da Prefeitura de Nova Iguaçu (2006); Diretor de Programas da Secretaria Executiva do Ministro do Esporte (2008)
Wadson Ribeiro	1999/2001	Secretário Executivo do Ministério do Esporte (PCdoB)
Felipe Maia	2001/2003	Chefe da ouvidoria da Agência Nacional de Cinema (Ancine) ligado ao Ministério da Cultura (2008)
Gustavo Petta	2003/2007	Secretário de Esporte e Lazer de Campinas (2009)
Lúcia Stumpf	2007/2009	Secretária de Movimentos Sociais do PCdoB (2010)
Augusto Chagas	2009/2011	Presidente da UNE

Fonte: Site da UNE e Verbetes do CPDOC/FGV

- *Reivindicações*

As reivindicações são manifestações concretas em que os objetivos do movimento estudantil são explicitados. A UNE, enquanto ramificação e organização mobilizadora desse movimento, não escapa desse processo de cooptação. Sendo assim, essa entidade se apresenta como um setor generalista⁶ do movimento estudantil com a especificidade de estar aparelhada a partidos políticos, notadamente o PCdoB. As reivindicações específicas do grupo estudantil são utilizadas como formas de conseguir espaços e legitimidade para apontar às reivindicações gerais, avaliadas e interpretadas sobretudo em termos da manutenção do governo Lula e das eleições nos mais diversos níveis (municipal, estadual, federal).

A primeira questão a ser colocada versa sobre as políticas educacionais do governo Lula – políticas caras ao movimento estudantil, em especial, às reivindicações históricas da UNE. Em nossa pesquisa da dissertação, evidenciamos que não houve um rompimento com as medidas neoliberais na área da educação anunciada e colocado pelo governo (Teles, 2019). A UNE, subordinada ao discurso do MEC, compreende as políticas educacionais como grandes avanços democráticos na ampliação do número de vagas no ensino superior brasileiro, sendo que, na verdade, tratava-se de um aprofundamento das medidas neoliberais e do crescimento do capital educacional no país⁷. Na quase totalidade das medidas implementadas pelo governo Lula, com algumas ressalvas e críticas pontuais, a UNE se apresentou enquanto uma guardiã dos interesses do governo no interior do movimento estudantil, servindo como um importante amortecedor dos conflitos sociais entre o grupo estudantil e o Governo.

⁶ O setor generalista de um movimento significa expressa não apenas os interesses específicos do grupo social de base, mas também interesses e objetivos gerais da sociedade.

⁷ As políticas educacionais no governo Lula representaram, em seus diversos aspectos, o aprofundamento das medidas neoliberais. O ProUni, apesar de sua expansão, não representou, em nenhum momento, uma guinada na política educacional do período. A transferência direta e indireta de verbas para as instituições privadas continuaram se aprofundando. Mesmo com o aumento nominal de recursos para as IFES, no período de 2002 a 2009, houve um decréscimo do número de matrículas nas instituições públicas em relação às instituições particulares. Em 2002, o total de matrículas concentrada em IES representava 30,2%. Em 2009 este número cai para 25% (De Paula, 2016). Isto significa que a prioridade do governo Lula era com as instituições privadas, relegando verbas menores às IFES e colocando essas políticas como um processo de democratização do ensino público. A quase totalidade de suas medidas estão em consonância com as cartilhas, programas e cartas das mais diversas entidades e organizações do bloco dominante endereçadas ao governo. *A organização Todos Pela Educação*, por exemplo, produz um plano intitulado Compromisso Todos pela Educação ainda no primeiro governo Lula. Tal plano foi fundamental para a produção do PDE, inclusive foi originado no plano lançado pelo governo chamado Plano de Metas Todos pela Educação, em franca subordinação àquela organização. A tentativa dessas políticas, enfim, é a conformação de uma conciliação entre as mais diversas frações burguesas no interior do capitalismo subordinado brasileiro, com a convergência de um modelo neoliberal, tal como discutimos em outro momento (Teles, 2019b).

A UNE utilizou-se de uma estratégia recorrente em todas as suas reivindicações no período de 2003 a 2010 no que se refere às políticas implementadas pelo governo Lula. Trata-se do processo de dissimulação-simulação, importado de organizações como os partidos políticos. Este processo expressa a ocultação dos interesses reais de uma determinada organização/indivíduo e a simulação de algo que não existe, mas que é apresentado como verdadeiro por uma determinada organização/indivíduos. Esse processo é evidente em todas as defesas que a UNE fez da reforma universitária e demais políticas do governo Lula. Na Revista Movimento; nas resoluções aprovadas no CONUNE; nas moções aprovadas; e nos manifestos expedidos pela diretoria é perceptível a interpretação das medidas governamentais como avanços democráticos, diminuindo os “retrocessos” contidos nelas. Assim, simula-se uma posição crítica em relação ao governo, quando, em verdade, é conivente com suas ações, contribuindo para suas implementações e manutenção.

Esse processo é reforçado ao entrelaçamento reivindicativo com outras ramificações de movimentos sociais. Não somente a UNE contribuía para a cooptação e assimilação das reivindicações de seu grupo social de base ao governo Lula, mas um conjunto de organizações mobilizadoras, tais como o MST, ONGs etc., colaboraram com a defesa deste governo. A participação da UNE na criação e desenvolvimento da Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) é expressão do entrelaçamento reivindicativo entre diversas ramificações de diversos movimentos sociais que buscaram reforçar a defesa de Lula contra outras forças políticas e em sua reeleição em 2006.

Em síntese, as reivindicações propostas pela UNE estavam direta e indiretamente ligadas, em benefício, às medidas implementadas pelo governo Lula, dissimulando seus reais interesses. Estes são oriundos das burocracias partidárias e de seu aparelhamento⁸, simulando a ideia de representar os estudantes em nível nacional. Além de cargos na burocracia estatal, participação de conselhos e outros benefícios, a UNE e sua diretoria receberam verbas estatais que trouxeram consequências para o seu financiamento.

⁸ De acordo com Viana (2018, p.47), “[...] um aparelho significa, no sentido comum do termo, um instrumento ou conjunto de peças organizadas para um determinado fim. Um aparelho partidário, por sua vez, significa um instrumento para reproduzir os objetivos do partido. Nesse sentido, os aparelhos dos partidos são órgãos auxiliares, em sua luta pelo poder político, seja pela via eleitoral ou insurrecional. Os setores dos movimentos sociais aparelhados se tornam “correias de transmissão” dos partidos e acabam se submetendo ao papel de apoio eleitoral ou burocrático dos mesmos.”

- *Financiamento*

Desde a redemocratização do país, a maior parte da renda da UNE advém da confecção das carteiras de identificação estudantil (Paia, 2013). Com o crescimento do número de estudantes, houve também o crescimento da receita financeira da entidade, já que houve uma maior emissão de carteiras. Outras fontes de rendas, ao longo de sua existência, consistiram em convênios com empresas privadas e com o próprio Estado. Durante o governo Lula, o financiamento da UNE sofreu uma forte influência estatal que começará a repassar vultosa quantidade de dinheiro para a entidade.

De 2003 a 2010, a UNE recebeu quase 12,9 milhões de Reais do Estado durante o governo Lula (Estadão, 2010). Tais verbas eram repassadas por diversos ministérios, secretarias e empresas estatais, que financiavam congressos, caravanas, materiais didáticos, viagens etc. Tal valor é onze vezes maior que as verbas repassadas à entidade durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Em muitos anos o valor repassado pelo governo foi superior ao captado pela entidade com a emissão das carteiras de identificação. No final do governo Lula foi sancionado o repasse de 44 milhões de reais de indenização, reconhecendo a culpa do Estado na destruição da antiga sede da UNE, em 1964. A consequência desse financiamento estatal se dá tanto pelo aumento na escala mercantil quanto pela perda da independência anunciada no estatuto da entidade.

Nesse sentido, a entidade estudantil se torna uma das organizações mobilizadoras que mais arrecadam financiamento no país. O cálculo mercantil se impera para a entidade e as figuras do tesoureiro geral e primeiro tesoureiro se tornam estratégicas para a manutenção dos acordos firmados entre a UNE e seus convênios fixados com o Estado, empresas privadas, etc. Houve financiamento estatal e privado em praticamente todas as mobilizações e canais de comunicação da entidade: caravanas, congressos, revistas, viagens etc.

Isto leva, por consequência, à perda da independência financeira da entidade, já que o financiamento externo, sobretudo nos termos firmados pela UNE, gera submissão e subordinação dos interesses dos próprios financiadores. Isso é exemplificado nos diversos momentos em que, em suas revistas, a entidade publicou propagandas de programas do governo federal⁹ e, nas mesmas edições, fizeram a defesa destes mesmos programas (ProUni, REUNI, SENAES, Petrobrás, etc.).

⁹ É importante salientar que não eram feitas propagandas somente do governo federal, mas também de empresas privadas, e de governos estaduais e municipais, geralmente de políticos do PCdoB ou aliados.

- *Análise do estatuto*

O estatuto é o documento mais importante da UNE. É dele que emanam as regras e as principais bandeiras históricas da entidade, dando-lhe suas diretrizes básicas e o fundamento de sua existência. A exposição do documento que fizemos na pesquisa da dissertação evidenciou seus principais elementos e características (Teles, 2019).

A UNE, em seu estatuto, se colocava como *sem filiação partidária, livre, independente de órgãos públicos e governamentais* e que possui, entre diversos outros objetivos, *defender os interesses gerais dos estudantes e de cada um em particular*. No entanto, como já mencionamos, apesar da não existência de uma filiação partidária direta e formal, a UNE, desde a redemocratização do país, é hegemônica pelo PCdoB e seus aliados (frações do PT, independentes etc.), correspondendo, ao longo de todos esses anos, aos interesses desse partido político, aparelhando a principal organização mobilizadora do movimento estudantil há mais de 20 anos. No governo Lula, esse aparelhamento se aprofunda com a defesa não só dos interesses do partido, mas também dos interesses e da manutenção daqueles que estão no poder estatal (os quais o PCdoB, PT etc. se incluem). Assim, a ideia de não filiação partidária, independência, defesa dos interesses gerais dos estudantes etc., não corresponde com as próprias ações, mobilizações e reivindicações da UNE.

Quanto à organização da entidade, colocada em seu terceiro capítulo, a estruturação e a forma de deliberação do CONUNE¹⁰, CONEG¹¹ e CONEB¹² dificultam a participação de estudantes independentes não ligados a partidos políticos. Isso porque, geralmente, entre estes últimos, não há unidade, força organizacional, doutrinas consensuais e desenvolvidas, entre outros limites, o que reforça o predomínio de estudantes vinculados a partidos políticos. Nas chapas inscritas é notória a pouca adesão desses estudantes independentes; estes conseguem angariar apenas uma dezena de voto – isto quando possuem chapas. Além disso, a diretoria da UNE, com a prerrogativa de organizar os congressos e conselhos, a faz de uma maneira que favorece as suas pautas, reivindicações e a manutenção de seu grupo político no poder da entidade¹³. Ao longo do governo

¹⁰ A instância máxima de deliberação da UNE. Ele é constituído pelos membros delegados votantes, que, por sua vez, são eleitos em voto em urna.

¹¹ Composto pela representação de entidades das Universidades/Faculdades dos Estados ou do Distrito Federal, também se reunindo anualmente ou sempre que for necessário.

¹² Composto pela representação da entidade de cada escola de todo o Brasil, que se reúne anualmente ou quando se fizer necessário.

¹³ Sobre o CONUNE: “[...] não tem funcionado satisfatoriamente. Primeiro, porque a tiragem de delegados nesta cultura política do ME e com essa estrutura, acabou configurando uma “corrida por atas”, assembleias que ninguém nunca viu, mesas de credenciamento nada imparciais e uma confusão que acaba fazendo de um momento que deveria ser o auge da mobilização da UNE em um Congresso pouco politizado e uma eleição que não chega à imensa maioria dos estudantes. Além disso, o tamanho do Congresso da UNE (o último reuniu 12 mil pessoas), seu formato, a

Lula, muitos fóruns nacionais de base, como os CONEBs, não foram realizados, entrando em flagrante contradição com o estatuto que constringe a entidade a convocá-lo periodicamente (a maioria, anualmente)¹⁴.

Além disso, o tamanho da diretoria é largo: sua diretoria geral possui 85 membros e a diretoria executiva possui 17 membros. Mesmo com a proporcionalidade estabelecida para a participação das chapas na diretoria da UNE, a hegemonia ainda se resguarda com a UJS/PCdoB, graças à escolha de diretorias estratégicas para o funcionamento da UNE, bem como a sua presidência, que há mais de 20 anos é do mesmo grupo político. Assim, o que a proporcionalidade colocada pelo estatuto pode fornecer é, no máximo, uma representação aparente e superficial de todos os grupos que disputam a entidade.

O conselho fiscal – instituído em 2009 na organização da UNE, que tem como objetivo analisar e emitir pareceres sobre os demonstrativos contábeis e prestações de contas da entidade – parece, nos documentos consultados, extremamente precário, não funcionando nos moldes colocados pelo próprio estatuto. Uma de suas funções é o de garantir a divulgação de todas as receitas e despesas da entidade em sua página na internet, o que não tem acontecido. De 2009 para cá apenas algumas gestões fizeram tal divulgação.

No geral, a diretoria da UNE, em muitos pontos, não seguiu o próprio regimento interno, entrando em contradição com seus próprios documentos basilares a troco de interesses alheios aos dos estudantes e conivente e participante dos interesses do governo.

4 Considerações finais: dicotomia entre objetivos declarados e reais

Podemos depreender dessa discussão que existe uma dicotomia entre os objetivos declarados pela UNE – evidenciados em suas reivindicações e ações, através de resoluções, manifestos, estatuto, reivindicações, caravanas etc. – e os seus objetivos reais, ligados aos interesses não só do crescimento da própria entidade, mas dos interesses dos partidos políticos que a aparelham. Tal conclusão é derivada do conjunto de determinações expostas nos tópicos anteriores.

guerra pela direção da entidade, também não têm contribuído com debates tão agradáveis e politizados como a UNE pode fazer” (Mudança, apud Paiva, 2013, p. 122).

¹⁴ “É preciso combater a falta de democracia interna da UNE e das entidades estudantis. Já são mais de cinco anos sem a realização de um fórum nacional de base, como o CONEB, o que impede o controle das entidades de base sobre a política cotidiana da UNE” (Ruptura, 2003, p. 02).

A UNE, especialmente a partir da redemocratização do país, sempre esteve integrada ao bloco progressista, sobretudo aos setores mais competitivos eleitoralmente deste bloco – Partido Comunista do Brasil e Partido dos Trabalhadores. Desde a década de 1980, estes dois partidos políticos hegemonizaram a UNE, criando um aparelhamento que perdura há mais de 30 anos. Assim, até 2002, se consolidaram sempre como oposição ao governo federal. Mas é a partir de 2003, quando parte do bloco progressista consegue chegar ao poder federal que ocorre uma metamorfose: de oposição ao governo torna-se situação às suas medidas.

Dessa forma, a UNE no governo Lula significou, no interior do movimento estudantil, a mobilização pela modernização do capitalismo subordinado brasileiro aos moldes neoliberais¹⁵. O elemento que explica a mobilização desta entidade contra os governos neoliberais de Collor de Mello (1990 – 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), ao mesmo tempo em que há a defesa do governo neoliberal neopopulista¹⁶ de Luís Inácio Lula da Silva, é a composição da diretoria da UNE, aparelhada por partidos políticos, especialmente o PCdoB, que compunha o governo federal.

Os reais objetivos desta entidade, materializado em suas diversas mobilizações e reivindicações, significaram a manutenção das medidas neoliberais não apenas nas políticas educacionais (principalmente o ProUni e REUNI), mas em toda a sociedade brasileira implementadas pelo governo Lula. O processo de dissimulação-simulação foi a estratégia mais utilizada pela UNE para ofuscar seus reais interesses, apresentando-os como interesses dos estudantes no geral.

Referências

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁵ Trata-se, portanto, de uma organização mobilizadora do movimento estudantil oficial brasileiro que pauta os seus objetivos por mudanças no interior do capitalismo, daí o seu caráter reformista — mesmo que sua composição se veja, em alguns momentos históricos, como “revolucionária”.

¹⁶ A caracterização de “neopopulista” aqui refere-se a particularidade que o neoliberalismo assume nos governos progressistas do PT: “[...] o neoliberalismo sob o governo petista assume outras formas. Ele dedica certa energia e recursos a setores específicos da sociedade. As burocracias das centrais sindicais, setores da classe intelectual universitária e dos institutos federais, burocracia dos movimentos sociais e entidades estudantis conformam uma base social cristalizada do governo. Outra estratégia do governo petista é criar políticas segmentares, cooptando determinados grupos sociais. Por fim, o governo empreende um processo de ampliação de políticas microassistencialistas que atendem muito precariamente parcelas do lumpemproletariado. Essas políticas neopopulistas e outras criam uma base social eleitoral para o partido durante certo período de tempo, mas não resolvem os problemas sociais” (Maia, 2016, p. 58).

ANJOS, Diego dos; TELES, Gabriel. *Sociologia e teoria do movimento estudantil*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da Caravana da UNE, da Caravana da Saúde e do Pacto da Juventude. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2008. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2008. Disponível em <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRINGEL, Breno. O Futuro Anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. *EccoS*, São Paulo, v.11, n. 11, p. 97-121, jan./jun., 2009.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. *A política de educação superior nos governos petistas: a inflexão da universidade ao capital*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2016.

ESTADÃO. *O Valor da UNE*. Disponível em: <<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-valor-da-une,542633>>. Acesso em: 11 set. 2018.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1967.

FOLHA ONLINE. *Ministério da Saúde transfere R\$ 2,8 mi do SUS para a UNE*. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u472739.shtml>>. Acesso em: 02 set. 2018.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

FRANCO, Juliana. A UNE e a Reforma Universitária no Governo Lula. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. *Anais III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: Gráfica UEL, 2008.

HASENFELD, Y. *Organizaciones al servicio del hombre*. México: Prentice Hall, 1983.

IANNI, Octávio. *O Jovem Radical*. In: BRITTO, Sulamita. *Sociologia da Juventude*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1968.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*, 2013. 2014.

- JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, n. 01, jan. /jul. 2014.
- LITTERER, Joseph. A. *Análise das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1977.
- MAIA, Lucas. A PEC 55 e o Neoliberalismo Discricionário no Brasil. *Revista Despierta*. v. 3, n. 3, 2016. Disponível em: <redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/500>.
- MARINHO, M. A questão dos objetivos nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-22, abr./jun., 1990.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar - 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MEGGINSON, Leon; MOSLEY, Donald; PIETRI JR, Paul. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo: Editora Aabra Ltda, 1986. 1986.
- MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para Os Movimentos Sociais? *Lua Nova*, v. 10, n. 17, 1989.
- MENDES JR., Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1981.
- MOVIMENTO, Revista. Aos 70 anos de Luta: UNE volta pra casa. *Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE*, São Paulo, n. 17, jul. 2007b.
- MOVIMENTO, Revista. Eles fizeram, eles que paguem. *Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE*, São Paulo, n. 21, mar. 2009a.
- PAIVA, Gabriel. *A UNE sob o governo Lula: A história de uma decadência*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2013.
- PAULA, Gil César Costa de. *A atuação da união nacional dos estudantes - UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)*. Goiânia: Faculdade de (Doutorado em) Educação da Universidade Federal de Goiás, 2009.
- PERROW, Charles. *Análise organizacional: um enfoque sociológico*. São Paulo: Atlas, 1972.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RUPTURA. *Tese do Movimento Ruptura Socialista*. Tese Defendida no 48º CONUNE, 2003.
- SÁNCHEZ, José María Aranda. El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales. *Convergencia*, núm. 21, jan/abr., 2000.
- SANFELICE, José Luíz. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

TELES, Gabriel. A conformação neoliberal das políticas educacionais de ensino superior no governo Lula. *Germinar: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 122-138, 2019b. DOI: 10.9771/gmed.v11i2.32473.

TELES, Gabriel. *A UNE e sua dinâmica relacional com o Governo Lula (2003-2011)*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, 2019.

TELES, Gabriel. *Análise marxista dos movimentos sociais*. Edições Redelp, 2020.

TOURAINÉ, Alain. *Os Movimentos Sociais*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Sousa (Orgs.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

ÚLTIMO SEGUNDO. *UNE quadruplica receita com doações de Governo Lula*. 2010. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2007/07/11/une_quadruplica_receita_com_doacoes_do_Governo_lula_917630.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Proposta de Resoluções Consensuais*. 2007e.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Resolução de Conjuntura para o 50º Congresso da UNE*. 2007f.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Partidos Políticos. *Revista Espaço Livre*, v. 13, n. 26, p. 43-54, 2018.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. *Revista Movimentos Sociais*, Ano 01, v. 01, 2016c.

Sobre o autor

Gabriel Teles

É professor de Sociologia pelo Instituto Federal de Goiás, doutorando em Sociologia pelo PPGS/USP, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFG, graduado em Ciências Sociais/UFG. Pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (NEMOS).